

ACM será presidente interino por 6 dias

Ele ocupará cargo a partir de amanhã durante a viagem de FHC a Portugal, Espanha e Suíça

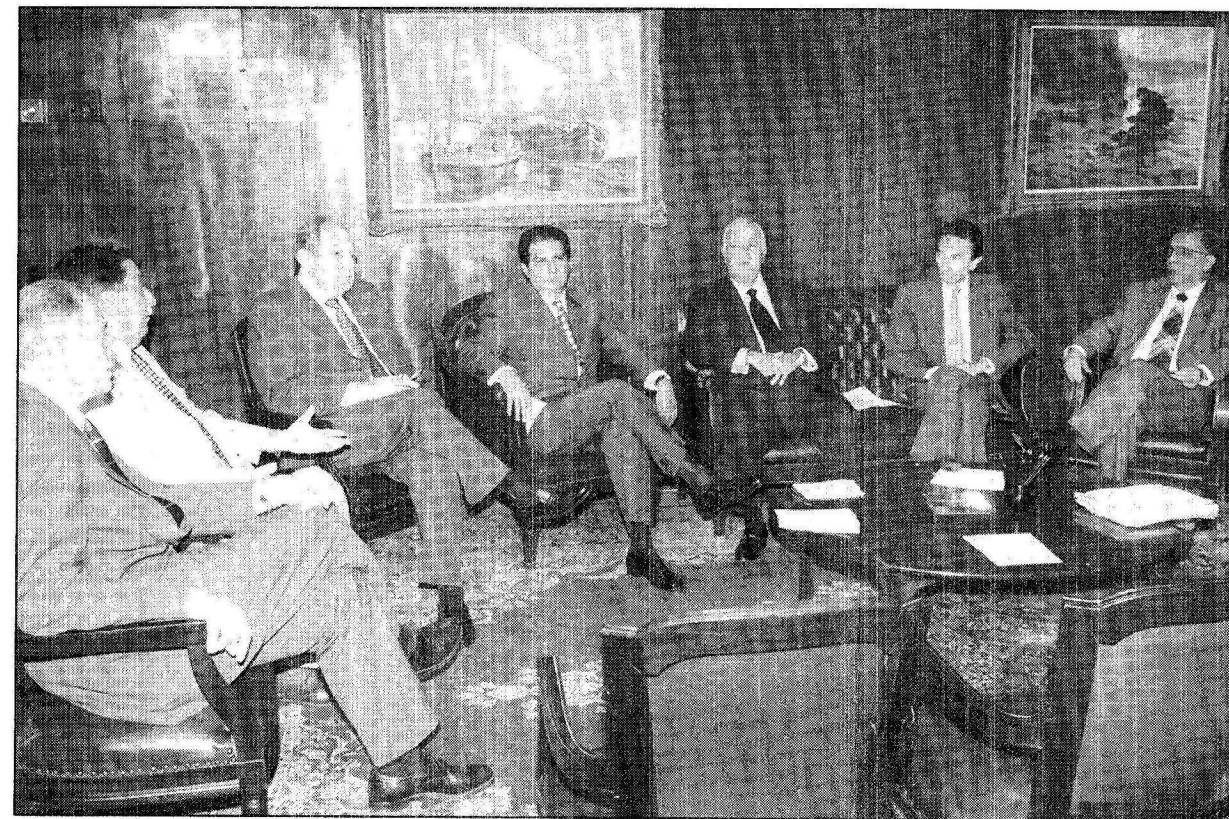
DOÇA DE OLIVEIRA

BRASÍLIA – O presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), prepara-se para assumir, amanhã, a Presidência. Em 44 anos de vida pública, será a primeira vez que ACM vai subir a rampa do Palácio do Planalto como titular. Substituirá o presidente Fernando Henrique Cardoso, que viajará para Espanha, Suíça e Portugal, para restabelecer a agenda diplomática interrompida pela morte de seu líder na Câmara Luís Eduardo Magalhães, em 21 de abril.

Terceiro suplente para o cargo, ACM assume porque o substituto direto, vice-presidente Marco Maciel, estará na Itália, e o segundo na suplência, o presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), não pode ocupar o posto no Executivo sob pena de ficar inelegível para a renovação de seu mandato de deputado.

Ontem, ACM reafirmou a disposição de cumprir, durante a interinidade, o acordo fechado com os partidos de oposição na terça-feira. “Na segunda, envio ao Congresso a medida provisória das gratificações”, disse o senador, referindo-se à MP que vai estender a gratificação por desempenho para os funcionários de nível médio (técnicos, assistentes) nas carreiras de ciência e tecnologia, exigência dos partidos oposicionistas para não atrapalhar a votação das dez MPs que vinham dificultando a promulgação da reforma administrativa. Essa nova MP é o último empecilho para a sanção da emenda.

ACM, contudo, descartou a possibilidade de qualquer outra deci-



ACM na reunião de líderes no Senado: decisão de estabelecer calendário para evitar esvaziamento do Congresso

são nos seis dias de passagem pela Presidência. “Vou manter a linha do governo”, comentou, sem perder a oportunidade de uma piada. “O Pedro Piva veio me pedir para demitir o Serra e nomeá-lo ministro da Saúde, mas não vou fazer isso”, brincou, referindo-se ao senador tucano, suplente de José Serra (PSDB-SP).

**CHANCE É A
PRIMEIRA EM 44
ANOS DE VIDA
PÚBLICA**

Antes de assumir o comando do País, o presidente do Senado reuniu-se com os líderes de todos os partidos políticos na Casa para discutir a agenda de trabalho para os próximos meses e as prioridades de votação. Preocupado com o aquecimento do calendário eleitoral, que deverá esvaziar os corredores do Congresso já a partir de junho, ACM decidiu que o Senado trabalhará duas semanas durante junho e agosto, e uma se-

mana, em setembro. “O Congresso não vai parar”, afirmou.

A interinidade do presidente do Senado no Palácio do Planalto coincide com o momento em que ACM começa a demonstrar uma reação mais firme após a morte do filho. O senador, que voltou a Brasília uma semana depois do enterro de Luís Eduardo, está retomando com maior empenho seu lugar na escala de tomada de decisões políticas no Congresso e também no âmbito partidário. Sua atuação nos últimos dias indica que a dor não lhe tirou a verve nem a autoridade.

Na terça-feira, quando foram aprovadas as medidas provisórias que vinham emperrando a reforma administrativa, ACM entrou no plenário às 19 horas e só se retirou à 1h30 do dia seguinte. Fez acordos com a oposição, negociou as exigências com o governo e conduziu com mão firme a sessão. Foi a retomada de seu estilo forte, suavizado depois da morte do filho.

Nos últimos dias, o senador vinha mantendo certa distância do calor das discussões do Congresso e um comportamento mais discreto. Evitou o quanto pôde o assédio da imprensa e deixou de opinar nos assuntos mais quentes. Mas, na terça-feira, voltou a ser mais atuante. “Ele executou os acordos que eu vinha defendendo há muito tempo”, comentou o líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF). Para ele, sem a interferência de ACM, as MPs não teriam sido aprovadas.

Também começa a voltar o senso de humor do senador baiano. “Quero pedir aos deputados que votam ‘sim’ que olhem seus botões”, disse durante uma das votações, arrancando risos do plenário. Estava referindo-se ao episódio protagonizado pelo deputado Antônio Kandir (PSDB-SP), ex-ministro do Planejamento, que, pretendendo votar ‘sim’, se absteve e ajudou a derrubar a idade mínima da reforma da Previdência.

José Paulo Lacerda/AE